

MEMÓRIAS E NARRATIVAS: SOCIEDADE E CULTURA NAS CRÔNICAS DE VIVENTES DAS ALAGOAS, DE GRACILIANO RAMOS

Regina Nascimento SILVA
Universidade Federal de Uberlândia
regina@proex.ufu.br

Resumo: As crônicas reconstróem memórias. Desta feita, o que fica do vivido é matéria para a crônica, que se constitui como testemunho de uma vida, documento de uma época ou um meio de se inscrever a história no texto. Neste texto, à luz das reflexões sobre memória e suas relações com o tempo, o espaço e a experiência, estão descritos os resultados da análise de algumas crônicas escritas por Graciliano Ramos, entre as décadas de 1920 e 1950, e publicadas, em 1962, no livro póstumo *Viventes das Alagoas*. Nelas, o cronista, estendendo a memória até onde pode, reata laços com os vivos, como ele, do sertão nordestino. Pretende-se mostrar como lembranças compartilhadas trazem à baila memórias da cultura e da sociedade brasileiras do início do século 20. Neste sentido, essas crônicas são tomadas como elaborações estéticas que se alinham à história e à memória ao direcionarem seu foco aos aspectos da vida social e cultural do espaço sertanejo, em que o autor expõe, naturalmente, seu ponto de vista crítico, advindo de suas experiências *in loco* sobre as peculiaridades de um lugar em que as condições econômicas e o isolamento contribuem para sua distinção. Conclui-se que nas crônicas de *Viventes das Alagoas* está colocada uma história social e cultural do sertão nordestino, impressa a partir da reconstituição de histórias e experiências de vida, inclusive de Graciliano, também ele um vivo desse espaço.

Palavras-Chave: Memória; Experiência; Crônica; Sociedade; Cultura.

Introdução

A viagem da memória não tem possibilidade de ser feita numa só direção: a do passado para o presente. Não é a só que velejamos para os anos atrás em busca de nossos eus.

Pedro Nava

O narrador conta o que ele extrai da experiência – sua própria ou aquela contada por outros. E, de volta, ele a torna experiência daqueles que ouvem a sua história.

Walter Benjamin

Graciliano Ramos é “um dos maiores escritores da nossa literatura, um dos raros cuja alta qualidade parece crescer à medida que o relemos”, relata Antonio Candido (1992, p. 6) em seus ensaios sobre a obra romanesca e memorialística do autor. Certamente, é o conjunto dessa obra que possibilitou a Graciliano seu reconhecimento nacional e internacional no meio literário.

Entretanto, antes mesmo de estreitar como romancista e memorialista, a pena de Graciliano foi exercitada, sobretudo, em jornais de Alagoas e do Rio de Janeiro. Apesar disso, em relação aos textos escritos e publicados em jornais e revistas, encontramos ainda poucos

estudiosos dispostos a se debruçar sobre a extensa (e regular) produção cronística de Graciliano Ramos.

Este lado pouco conhecido do público leitor, e o menos valorizado pela crítica, vem despertando interesse, ainda que incipiente, no meio acadêmico. Além das conhecidas crônicas sobre a passagem de Graciliano pela União Soviética e Checoslováquia, publicadas no livro *Viagem*, há dois outros, publicados postumamente: *Linhas Tortas* e *Viventes das Alagoas*.

Neste artigo, buscamos analisar algumas crônicas escritas por Graciliano Ramos, ao longo de algumas décadas para jornais e revistas diversos, compiladas em *Viventes das Alagoas*. O livro é composto por trinta e oito textos¹, que versam sobre costumes, hábitos, situações e personagens (reais ou imaginários) do Nordeste brasileiro, além dos dois conhecidos Relatórios destinados ao Governador do Estado de Alagoas, escritos por Graciliano quando à frente da prefeitura de Palmeira dos Índios.

Da leitura dessas crônicas², é possível perceber um tom memorialístico, pois, contrariando a própria finalidade do gênero – a de registrar e refletir seu tempo por meio da expressão do cotidiano – é o passado e não o presente o tempo das situações narradas. Também, o espaço mostrado nessas crônicas é a mesma região³ intensamente retratada em *Caetés* a *Vidas secas*, conforme apontado no subtítulo do livro em questão: “Quadros e Costumes do Nordeste”.

Com efeito, a crônica liga-se a hábitos ou a relações do mundo social, cuja tendência não é só sofrer mudanças ou desaparecer, como também marcar historicamente uma época. É uma forma de perceber os meandros de nossa realidade e de nossa história. Por isso que, para os leitores de hoje, os textos de Graciliano são ainda capazes de oferecer reflexões pertinentes sobre a história e a cultura de um período representado pelas contradições do processo de modernização no Brasil.

Mas, se nas crônicas de *Viventes das Alagoas* está colocada uma história social e cultural do sertão nordestino, esta história foi impressa a partir da reconstituição de histórias e experiências de vida, inclusive as de Graciliano, também ele um vivente desse espaço, pois toda lembrança, mesmo a mais pessoal e familiar, nos é lembrada por outros, “ainda que se

¹ Integram *Viventes das Alagoas* os seguintes textos: “Carnaval 1910”, “Natal”, “Carnaval”, “O Dr. Jacarandá”, “D. Maria Amália”, “O Moço da Farmácia”, “Casamentos”, “Ciríaco”, “Habitação”, “Teatro I”, “Teatro II”, “Bagunça”, “Dona Maria”, “Libório”, “Desafio”, “Funcionário Independente”, “Um antepassado”, “Um Homem de Letras”, “Um Gramático”, “Dr. Pelado”, “Transação de Cigano”, “A decadência de um Senhor de Engenho”, “Está Aberta a Sessão do Júri”, “Um Homem Notável”, “Recordações de uma Indústria Morta”, “Um profeta”, “Inácio da Catingueira e Romano”, “O Fator Econômico no Cangaço”, “Lampião”, “Professores Improvisados”, “Virgulino”, “Cabeças”, “Corisco”, “Dois Cangaços”, “O Jogo do Bicho, Fator Econômico”, “Um desastre”, “Comandantes de Burros”, “Antonio Silvino”.

² Embora os textos que compõem *Viventes das Alagoas* não se enquadrem na delimitação dos escritos sob os limites de um único gênero literário, tomá-los-emos como crônicas por acreditar que concatenam elementos desse gênero, embora, possamos perceber neles uma aproximação com o ensaio tal como defendido por Afrânio Coutinho (2003, p. 120) em *Ensaio e Crônica*: “dissertação curta e não metódica sobre assuntos variados em tom mais íntimo, coloquial [...], que tenta (*ensaia*) ou experimenta interpretar a realidade à custa de uma exposição das reações pessoais do artista em face e um ou vários assuntos de sua experiência ou recordação. Pode recorrer à narração, descrição, exposição, argumentação e usar como apresentação a carta, o sermão, o monólogo, o diálogo, a ‘crônica’ jornalística”.

³ A ideia de região, conforme nos aponta Almeida (1999) é uma categoria de referência para a criação artística recorrente na história literária brasileira a partir do Romantismo. Constitui-se de forma comparativa a uma totalidade maior à qual ela se integra e, ao mesmo tempo, se diferencia por meio de traços culturais.

trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós” (HALBWACHS, 2006, p. 30).

Logo, os costumes de uma gente, as tradições populares, as personalidades políticas, a política estruturada em práticas oligárquicas, as ações da Igreja ou decorrentes dela são enfocados pelo escritor nessa reunião de crônicas. Em nosso entendimento, esses textos assumem um caráter predominantemente memorialístico, revelando um esforço de recuo no tempo e no espaço na evocação de momentos e situações vivenciadas.

Destarte, lidar com memória implica relacioná-la às noções de tempo e de espaço e à ligação inextricável existente entre elas no campo da memória. Uma noção de tempo apropriada ao que temos em mente ao relacionar tempo e memória é proposta por Henri Bergson (1990), para quem o tempo verdadeiro seria o tempo vivido, cuja duração depende de cada um, pois este tempo está em nós, na nossa memória. Tempo que não é homogêneo e nem irreversível, como é o tempo histórico. Por isso, o trabalho com a memória envolve sempre o fragmentário, as sensações, a lembrança e também o esquecimento, sim, pois a memória está sempre aberta ao movimento dialético do lembrar e do esquecer.

A memória também guarda relação com o espaço. Nas palavras de Poulet (1992, p. 54-55), graças à memória, o tempo e o espaço não estão perdidos, pois “ao lado do tempo reencontrado, está o espaço reencontrado”. O espaço está efetivamente ordenado na arquitetura singular das lembranças, poetiza Bachelard (1989). Especificamente, em *Viventes das Alagoas*, o espaço cumpre um papel duplo na narrativa: localiza e restringe a origem desses (sobre) viventes.

Maurice Halbwachs, estudioso das diversas formas sociais da memória, também enfatiza a relação inextricável estabelecida entre tempo e espaço no campo da memória. De acordo com ele, o tempo da memória concretiza-se quando encontra a resistência de um espaço. O sociólogo francês, enfatizando o caráter grupal, social, coletivo da memória, prevê que a capacidade de lembrar é determinada pela aderência do grupo, do qual faz parte o indivíduo que recorda, a um determinado espaço. Um espaço que foi compartilhado por uma coletividade durante um determinado tempo (HALBWACHS, 2006).

Assim, a partir de reflexões sobre memória, e sua íntima relação com o tempo e o espaço, buscamos traçar um horizonte de sentido para algumas crônicas tomadas para análise neste trabalho. É necessário pontuar que entendemos esses textos como reconstituições de memórias particulares a Graciliano e a outros, já que, o cronista, estendendo a memória até onde pode, reata laços com os viventes, como ele, do sertão nordestino. Essas lembranças compartilhadas trazem a baila personagens e situações pertinentes à sociedade brasileira de fins de século XIX e início de XX.

Desta maneira, em *Viventes das Alagoas*, estão redefinidas e representadas memórias, não como imagens congeladas de um passado estático, mas como um passado alterado e reconstruído a partir da experiência de um presente. Lembrar não significa reviver, mas reconstruir, repensar, (re)significar, com imagens do presente, as experiências passadas. Posto que a memória:

[...] não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, “tal como foi”, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque a nossa percepção alterou-se e,

com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor (BOSI, 1994, p. 55).

Lembrar é um exercício de reelaboração, aponta-nos Ecléa Bosi. Este processo implica a impossibilidade de se reencontrar o mesmo tipo de emoção ocorrida durante o momento da primeira. Daí a impossibilidade de “reviver” as mesmas emoções em um presente.

Logo, os itinerários traçados e os labirintos percorridos por Graciliano Ramos em *Viventes das Alagoas*, ao evocar uma memória (individual, histórica, social) de um tempo já transcorrido, podem trazer à tona sinais desse tempo que não mais pode ser revivido, todavia, pode ser reinterpretado. Isto porque as lembranças de experiências vividas, quando exteriorizadas, representam um passado não mais da forma que foi, mas na forma que é, porque reconstrução.

1. A memória e a experiência

Refletir a memória implica penetrar em um vasto campo de indagações que nos conduzem para além de conceitos que a tomam meramente como forma de armazenar o passado ou como atos da lembrança e do esquecimento, posto que:

A memória está presente em tudo e em todos. Nós somos tudo aquilo que lembramos; nós somos a memória que temos. A memória não é só pensamento, imaginação, construção social; ela é também uma determinada experiência de vida capaz de transformar outras experiências, a partir dos resíduos deixados anteriormente. A memória, portanto, excede o escopo da mente humana, do corpo, do aparelho sensitivo e motor do tempo físico, pois ela também é o resultado de si mesma (SANTOS, 2005, p. 25-26).

Dependemos da memória não apenas para nos constituir como indivíduos, mas como seres sociais, inseridos em uma cultura e na própria história.

É na reflexão de Maurice Halbwachs sobre memória coletiva que a função mnêmica passa a ser estudada como fenômeno social. A partir da reflexão sobre as experiências vividas e da análise dos comportamentos e sentimentos pelas quais nos classificamos a nós e aos outros, Halbwachs fundamentou a ideia de que o homem se caracteriza por seu grau de integração no tecido das relações sociais.

Os estudos de Halbwachs, na década de 1920, contribuíram, em definitivo, para a compreensão dos “quadros sociais” que compõem a memória, nos quais a singularidade do pensamento individual emerge dos entrecruzamentos do pensamento coletivo, pois o homem se caracteriza essencialmente por seu grau de integração no tecido das relações sociais:

o ato de rememorar não é independente, está atrelado ao movimento interpessoal das instituições sociais como família, classe social, escola, entre outras que fazem parte do contexto sociocultural no qual estamos inseridos (LEMOS, 2002, p. 60).

Para Halbwachs, a memória de um indivíduo, mesmo a mais particular, está enlaçada à memória de grupos, que por sua vez está integrada a uma memória mais ampla, denominada por ele “memória coletiva”. É no contexto das relações sociais que nossas lembranças são construídas.

Atualmente, ainda é a sociologia da memória de Halbwachs que se constitui a base teórica fundamental à maioria dos trabalhos sobre memória coletiva. O entendimento de que a memória individual/particular remete sempre a um grupo, implica que carregamos conosco a

lembrança, mas estamos sempre em interação com a sociedade e com uma variada gama de grupos e instituições. Há uma interdependência entre o sujeito que lembra e os estímulos grupais – família, Igreja, Estado, classes e grupos sociais diversos.

A memória individual se faz na tessitura das memórias dos diferentes grupos com que nos relacionamos. Ela está impregnada das memórias dos grupos que nos cercam, de maneira que, ainda que não estejamos na presença destes, o nosso lembrar e as maneiras como percebemos e vemos o que e os que nos cercam constituem-se a partir desse emaranhado de experiências, que percebemos qual uma amálgama, uma unidade que parece ser só nossa.

Nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. E porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 2006, p. 26).

Assim, nos processos de produção da memória e de rememoração, o “outro” representa um papel fundamental. “Para que a memória individual se realize ela sempre se socorre da memória alheia, que funciona como um repositório de pontos de contato” (MALUF, 1995, p. 36).

É importante ressaltar o papel da linguagem na afirmação do caráter social da memória. As trocas entre os membros de um grupo se fazem por meio de linguagem. Lembrar e narrar se constituem da linguagem. Também é a linguagem, produto social mediado pela comunicação, condição para a preservação da memória. Por isso, áreas como a linguística e a literatura também se debruçam sobre o tema memória.

Na literatura, especificamente, muitas obras foram escritas sob a inspiração da memória ou mesmo a tendo como foco principal. O clássico maior é “Em busca do tempo perdido”, de Marcel Proust que, no campo literário, confere outra dimensão à memória, “inscrevendo-a na relatividade tempo-espacial e colocando o sujeito no ponto central e nada fixo de rememoração” (SEIXAS, 2004, p. 20).

O próprio Graciliano Ramos enveredou por esse caminho ao elaborar *Infância e Memórias do Cárcere*, livros “pessoais” que abordam diretamente sua experiência, “servindo ambos para compreender seus outros livros” (CANDIDO, 1992, p. 48). Desta feita, à ideia de memória entrelaça-se a de experiência.

Em *Viventes das Alagoas*, lembranças e experiências pessoais aparecem associadas, de maneira peculiar, à crônica político-social e à crítica cultural. Muitos dos eventos e situações ali narrados não foram testemunhados por Graciliano, muitas vezes ele se ateve às palavras que leu ou escutou, signos reproduzidos através dos tempos, que são tudo o que chega desse passado. É pela

memória de falas, textos, velhas histórias, contos e lendas – um dia narrados e ouvidos –, que o passado reencontra no presente seu sentido e permite a convergência de expectativas no processo de restauração de experiências (BORELLI, 1996, p. 184).

Veremos, a seguir, como Graciliano dá a conhecer o espaço sertanejo, colaborando para que lembranças de práticas, costumes e personagens tornem-se memória também para seus leitores.

2. Memórias do cotidiano nordestino

As crônicas selecionadas para nossa análise evidenciam aspectos da vida social e cultural do espaço sertanejo, expondo, naturalmente, o ponto de vista crítico advindo das experiências *in loco* de Graciliano sobre as peculiaridades de um espaço em que as condições econômicas e o isolamento contribuem para a distinção de uma região onde “tudo é diferente”.

Em “Natal”, crônica escrita em 1940 para *O cruzeiro*, essa diferença evidencia-se na forma como se comemora, no interior, a festa tradicional e religiosa do Natal. Ali a festa “tem muito de carnaval e dos torneios artísticos”, nada de “francês de barba, nem árvore com frutos enrolados em papel de seda”, mas “poucas mesas fartas, ausência de piedade” (RAMOS, 1994, p. 10).

Nesta “grande feira”, a festa é religiosa apenas no transcorrer de sessenta minutos:

com luz forte, nuvens de incenso, as imagens vistosas nos altares floridos, cantos, que são também um torneio artístico, realizam-se ao cair da noite. Ao cabo duma hora, satisfeita essa precisão da natureza humana, fecha-se a igreja, e a massa barulhenta invade o largo próximo (RAMOS, 1994, p. 11).

A devoção do matuto “tem formas familiares”, privadas, e não sociais e públicas como nas sociedades urbanas. É diante do oratório doméstico que ele reza benditos e ladainhas, pede favores aos santos e a intervenção da mãe de Deus.

A feira é, tradicionalmente, um ponto de encontro entre os sertanejos que, trocando ou vendendo mercadorias ajudam a manter essa tradição. Neste espaço, a virtude deixa de ser “coisa útil e respeitável”, pois os imperativos da sobrevivência direcionam a existência social e as relações sentimentais.

Contrastando com as negações do mundo econômico, há nas relações sentimentais uma rapidez de processo. Numerosos casais afastam-se da zona povoada e efetuam combinações a meia-voz, em diálogos curtos, vivos, sem rodeios, sem metáforas [...]. Aqui as instâncias do coração não acham obstáculos. A fase preparatória é rápida. O agente, fungando, ronca em minutos uma declaração de amor. O elemento conquistável de olhos baixos, responde com interjeições e movimentos de cabeça (RAMOS, 1994, p. 13).

Aos noivos acidentais resta legalizar o casamento nas missões do Natal seguinte, pois a “amigação” é a mais grave das culpas denunciadas pelos eclesiásticos na missa do domingo:

O roceiro, inquieto, livra-se dos castigos expostos aceitando o casamento que lhe oferecem, o casamento de corda, medicina de urgência [...]. Alinha-se grande número de infratores junto a um barbante estendido e, em dez minutos, numa única operação, todos se sacramentam (RAMOS, 1994, p. 34).

O fragmento acima, extraído da crônica “Casamentos”, expressa uma das formas curiosas para a realização do vínculo conjugal entre um homem e uma mulher no espaço sertanejo.

Outra forma, destacada pelo narrador, é o rapto de mulheres, “ato de ordinário motivado por uma recusa da família dela, superior ao pretendente”. Algumas vezes, essa combinação tácita, é apenas uma forma de “furtar-se aos incômodos tradicionais da boda”. A situação é assim retratada:

A heroína deixa de ser fiscalizada convenientemente e uma noite roubam-na, conforme os processos clássicos. Um grupo de cavaleiros, amigos do protagonista, vai buscá-la, com armas e galhardia, encontra-a perto de casa, decidida à fuga. Leva-a, trata-a com especiais atenções e deposita-a em lugar honesto, insuspeito. Ninguém a ofende. Convencionou-se, todavia, que ela está poluída, e daí em diante, até a viuvez que lhe restitui a pureza comprometida, nenhum sujeito decente, isto é, nenhum proprietário desejaria aceitá-la (RAMOS, 1994, p. 37).

Executada a representação da conquista, o protagonista vai até o patriarca inimigo, vítima do ultraje, que “submete-se ao desastre, mas conserva-se de fora, escapa às amolações e à festa”, pois os gastos ficarão a cargo do noivo. O rapto expressa um ritual socialmente endossado.

Efetivamente houve apenas uma representação de violência. O simulacro da conquista é uma estratégia usada com frequência, principalmente para se escapar dos “aperreios” necessários à concretização do casamento:

[...] ajuste com o Padre, idas e vindas, conversas longas, cálculos que estragam o miolo, roupa de cassineta, cum guarda-chuva, botinas, colarinho e gravata, sem falar nas trapalhadas em casa do sogro, o enxoval e a festa (RAMOS, 1994, p. 33).

Entretanto, tais exigências efetuam-se com mais rigor apenas entre os que possuem “um pedaço de terra, algumas vacas, chiqueiro de bodes” e não entre a “miuçalha do campo”. Por isso, entre os mais pobres, “dispensa-se o contrato civil” e até o véu e a grinalda, se os noivos já tiverem dividido intimidades de “vida conjugal”:

Nessas condições as formalidades vulgares – banhos, esclarecimentos na sacristia, apuros no armazém e no alfaiate, muita comida, muita bebida, são inúteis. Nada de aparato excessivo para legalizar um arranjo que já se fez (RAMOS, 1994, p. 34).

Aos mais pobres é bem possível que a situação de amigação nunca se regularize. Muitos sertanejos abandonam mulher e filhos para tentar a sorte no litoral ou no sul do país, situação colocada magistralmente em *Vidas secas*⁴.

No romance, como nas crônicas analisadas, é a miséria que impõe uma adaptação dos sentimentos às condições de vida ou acaba por suprimir os sentimentos como condição para as relações humanas (SANTOS, 2006):

Se a seca chegar, se elementos perturbadores intervierem na vida meio conjugal, o sertanejo, neto de ciganos e neto de selvagens, abandona o rancho, a mulher, os cacarecos, vai enrascar-se noutra aventura em lugar distante. Mas em alguns anos de safra, com o paiol cheio, a vazante próspera, conta na loja, a família consolida-se [...] (RAMOS, 1994, p. 34).

⁴ No capítulo final de *Vidas secas*, a emigração é vista como um caminho possível na busca de melhores condições de vida, encorajando os pobres do campo a se evadirem da imobilidade multissecular em que viviam.

Como o ambiente, as relações também são pautadas pela escassez, daí a fragilidade dos laços interpessoais. Os sentimentos pessoais que deveriam cimentar as uniões fragilizam-se ante as condições precárias de vida.

A pobreza é a maior das condições de subalternidade desses viventes, mas não a única, o isolamento e o analfabetismo colaboram muito para a situação de submissão das populações sertanejas no Nordeste.

Na visão de Rui Facó (2009 apud VASCONCELLOS, 2010), o latifúndio reduzia essas populações ao isolamento e ao analfabetismo quase generalizado, este, por sua vez, deixava como forma possível de consciência do mundo a religião ou as seitas lideradas por “fanáticos”, nascidas nas comunidades rurais e originadas do próprio catolicismo.

O termo “fanatismo”, utilizado pejorativamente pela imprensa e por muitos historiadores para classificar movimentos como o de Canudos, por exemplo, retiraria o conteúdo progressista e revolucionário característicos desses movimentos, verdadeiras tomadas de consciência da plebe rural.

Para Facó, esses movimentos, mobilizados fundamentalmente pela dinâmica da luta de classes, configuraram-se como rebeliões inconscientes contra o latifúndio, ainda que comportando boa dosagem de misticismo religioso.

Nesta acepção, a reação à miséria e à fome teria vindo com a formação de grupos de cangaceiros e de seitas místicas lideradas por profetas, a exemplo de Antonio Conselheiro, retratado como louco ou, mais especificamente, como portador de uma psicose sistemática progressiva, na visão de sanitaristas⁵ que fundamentaram os escritos da época.

Em “Um profeta”, essa imagem de insanidade atribuída ao beato de Canudos, mostra-se estendida para todos os outros beatos que figuram na tradição popular mística nordestina, porém contestada pelo próprio profeta personagem da crônica: “- Dizem que sou maluco [...], mas é engano. O que eu sou é profeta”. Para Graciliano, o beato, “raridade nestes tempos que atravessamos”, seria um cidadão que “pretende consertar tudo, porque tudo está errado, na opinião dele [...] da presença do Ente Supremo o nosso profeta recebe apenas intuições luminosas, que o induzem a rebelar-se contra as religiões oficiais” (RAMOS, 1994, p. 117-118).

Retomando Facó, os “fanáticos”, assim como os cangaceiros, eram resultado da decadência de um sistema socioeconômico vinculado ao “latifúndio semifeudal”. A substituição dos antigos engenhos de cana no Nordeste pelas usinas de açúcar teria intensificado o processo de monopolização da terra e pouco alterado a situação de miséria e subserviência da população rural nordestina.

Com a transferência do centro da gravidade econômica para o Sul, por conta do café, a crise econômica se intensificou no Nordeste, pois o latifúndio continuaria a entrar brutalmente o crescimento das forças produtivas, a mecanização da agricultura e o crescimento das indústrias (VASCONCELLOS, 2010).

Essa é a situação problematizada por Graciliano na crônica “Recordações de uma indústria morta”, analisada no capítulo anterior. O atraso econômico, o isolamento o imobilismo social do Nordeste, mostrados naquela e em outras crônicas analisadas neste trabalho, seriam também fatores geradores do misticismo e do cangaço. Desta feita, tanto Graciliano quanto Facó partiram de circunstâncias sociais e econômicas para explicar esses

⁵ Essa visão ainda hoje se constitui como um impedimento para o reconhecimento do mérito de Conselheiro como líder comunitário empreendedor e até mesmo como um homem religioso a que ele se propunha ser.

fenômenos, decorrentes, sobretudo da extrema desigualdade social provocada pela concentração de terra no Nordeste.

O “fanatismo” constituía uma ideologia de cunho místico que expressaria a rebeldia, a capacidade de organização e a insubmissão das populações sertanejas. Como toda ideologia, abrangia uma gama de preceitos morais e religiosos antagônicos às ideologias dos grupos dominantes. Além disso, revelaria a separação entre a religiosidade popular – “lembrança possível das intimidades que houve entre os homens e os lares” – e a religião oficial, papel exercido pela Igreja Católica (RAMOS, 1994, p. 11).

Graciliano, em suas crônicas, reitera constantemente o papel desempenhado pela Igreja Católica no ambiente contextualizado: o de força repressiva – tanto quanto a polícia, o governo e os poderosos proprietários de terra – e mantenedora do *status quo*, já que não se posiciona contra (e converte muitos a assim se posicionarem) a ordem das coisas existentes. Logo, a dimensão messiânica do profeta ameaça, principalmente os latifundiários e a Igreja.

É importante ressaltar que o cronista não endossa o banditismo coletivo ou o fanatismo religioso, apenas situa esses fenômenos em um sistema global que integra também a família senhorial, o partido do coronel, a polícia etc. Todos se reportam, em maior ou menor grau, “a um regime autoritário de dominação, ao poder que emana de cima, do chefe ou do senhor; a massa da população, a ele submetida, não conheceu qualquer forma de organização que lhe fosse própria e defendesse seus interesses” (GALVÃO, p. 23).

Em meio à pobreza do sertão, pululam seres abatidos por gerações e gerações de vítimas das desigualdades estruturais, da desinformação, da seca, do analfabetismo. É exemplar, neste sentido, a crônica “Ciríaco”, publicada em julho de 1941 na *Cultura Política*, que relata a existência de Ciríaco, sertanejo privado de qualquer forma de reconhecimento social, porque privado da educação e da informação.

Em realidade, no sertão, a fartura dá-se apenas em relação às misérias da terra. “E as misérias vestiam-se mal e falavam linguagem incorreta” argumenta Graciliano (1994, p. 25) em “D. Maria Amália”. Assim, Ciríaco engrossa a massa dos miseráveis da terra: “dispunha de vocabulário escasso e falava aos arrancos, misturando assuntos, deixando as frases incompletas, entre silêncios” (RAMOS, 1994, p. 39).

Pela descrição de suas atividades na fazenda antiga do interior de Pernambuco, aludida na crônica, Ciríaco parece ser o mesmo velho cabreiro retratado em *Infância* (1945), livro autobiográfico de Graciliano Ramos:

Se tratasse de bois, Ciríaco andaria a cavalo e usaria perneiras, gibão, guarda-peito, sapatões duros com esporas de grandes rosetas. Ocupando-se, porém, de bichos miúdos, era pedestre e exibia arreios somenos: alpercatas, calças de algodão tinto, camisa de algodão branco por fora das calças, bisaco a tiracolo, chapéu inamalgável como chifre, sapecado, negro de suor e detritos, de beiras roídas, traste insignificante que um vaqueiro desdenharia (RAMOS, 1994, p. 39).

No cotejo entre o romance e a crônica analisada, Graciliano evoca memórias de sua infância para relatar a tentativa de esclarecer Ciríaco sobre a origem do mundo. Na relembração do adulto, o menino Graciliano, admirando semelhante curiosidade num tipo bronco como o matuto, assim narra o episódio:

Evitei as expressões técnicas em que me enganchava, resumi a formação e solidifiquei o globo rapidamente. Busquei em redor qualquer coisa que

servisse de Sol, e o que achei foi o candeeiro de folha colocado na ponta da mesa, sujo, com uma luzinha trêmula, uma protuberância fuliginosa.

[...] Excedi-me, expliquei negócios que até então havia ignorado. Falei muito sobre os movimentos. Conhecia uns dois ou três, mas arranjei outros. Ao findar, sentia-me otimista, satisfeito com a população rural do meu país.

- Compreendeu?

Ciríaco esfregou as mãos calosas e largou uma risada grossa:

- Compreendi. Você quer-me empulhar. Pensa que eu acredito nessas besteiras.

Decorre dessa passagem a constatação da impossibilidade ao aprendizado gestado no seio das precárias possibilidades. Neste momento, talvez, o adulto Graciliano já tenha condições de entender porque, na infância, o pai, tentando convencê-lo a se alfabetizar, alega que isso iria lhe permitir tomar posse de uma arma poderosíssima (RAMOS, 1977).

Tempos depois, como homem público, Graciliano esteve muito próximo dos debates em torno das questões sobre educação. São conhecidas as ações por ele implantadas quando diretor de Instrução Pública de seu Estado, ações que o colocaram na vanguarda dos movimentos educacionais que buscaram assegurar o direito de todos à educação.

Assim, “Ciríaco” ilustra a percepção de Graciliano sobre a educação como condição e consequência da superação da miséria. No entanto, a situação termina na constatação da inviabilidade dessa superação devido ao atraso cultural, social e econômico da região e de sua população.

Também em tom de denúncia, Graciliano extrai do universo cultural sertanejo um episódio muito conhecido. Trata-se do lendário episódio envolvendo os cantadores Inácio da Catingueira e Romano da Mãe D’Água. Os dois são personagens das crônicas “Desafio” e “Inácio da Catingueira e Romano”.

A dicotomia entre o universo dos letrados e o dos iletrados pode ser nelas observadas. Assim como Ciríaco, sem sobrenome por ter pai desconhecido, Inácio “era apenas Inácio”. Catingueira referia-se a sua cidade natal. Já Romano,

pessoa de família, possuía um nome mais comprido – era Francisco Romano do Teixeira, irmão de Veríssimo Romano, cangaceiro e poeta, pai de Josué Romano, também cantador, enfim, um Romano bem classificado, cheio de suficiência, até com alguns discípulos (RAMOS, 1994, p. 120).

Publicada na *Cultura Política* em fevereiro de 1942, “Desafio” narra o célebre “martelo” (tipo de desafio popular em verso comum no Nordeste) disputado entre os dois cantadores. O desafio – página mais comentada nos anais da cantoria sertaneja – garantiu público nos oito dias em que aconteceu na cidade de Patos, Paraíba, sagrando Inácio o campeão incontestado.

Essa “antiga pendência, de que se espalharam pelo nordeste muitas versões” (RAMOS, 1994, p. 120), tornou a figura do ex-escravo conhecida, ficando o nome de Inácio, na memória do povo nordestino, sempre atrelado ao de sua terra.

Sendo negro e analfabeto, Inácio não trepidou enfrentar os maiores cantadores do seu tempo, fulminando quase todos com a agilidade de suas respostas, a fertilidade dos recursos poéticos, a espantosa resistência vocal, recursos que contribuíram para que derrubasse o mais famoso repentista da época, Romano da Mãe D’Água, conhecido por introduzir no martelo palavras “esquisitas, de pronúncia difícil” com o intuito de atrapalhar o adversário. No desafio em questão, Romano, o letrado,

iniciou a cantiga, expondo os seus títulos e qualidades, hereditários, pois descendia de poetas enormes, a poesia dele estava na massa do sangue. Aludiu a triunfos, à glória que o cercava, e afirmou que era doidice pretender um infeliz pé-rapado, filho de escravos, experimentar-lhe a força (RAMOS, 1994, p. 70).

Após horas de duelo, esgotados os recursos ordinários, atirou a Inácio “a rasteira definitiva”: apela para termos de mitologia grega que seu adversário – analfabeto – desconhece. Estrofes foram compostas com nomes de deuses mitológicos “numa versalhada sem pé nem cabeça”. O pedantismo beletrista de Romano arrancava aplausos dos ali presentes.

Inácio, nunca tendo ouvido falar “em semelhantes horrores” e considerando-se derrotado, entrega os pontos, retrucando: “Seu Romano, desse jeito eu não posso acompanhá-lo. Se desse um nó em ‘martelo’ viria eu desatá-lo. Mas como foi em ciência, cante só, que eu já me calo” (RAMOS, 1994, p. 121).

E é com essas palavras de “condescendência e estímulo ao adversário” que Inácio encerra a discussão (RAMOS, 1994, p. 71), saindo-se derrotado aos olhos dos circunstantes, que receberam a sextilha final como sinal de fraqueza, mas vencedor na memória expressa nas manifestações populares, pois “nas cantigas de violeiros, como em outras cantigas na Paraíba e em toda parte, saem-se bem as pessoas que dizem a última palavra” (RAMOS, 1994, p. 72).

“Desafio” e “Inácio da Catingueira” evidenciam a separação, ainda a ser superada, entre cultura letrada e cultura popular. Para Garbuglio (1987), o embate entre os dois cantadores simboliza a incomunicabilidade entre essas duas vertentes da cultura nacional. De um lado, desprezo e arrogância, de outro, receio e ignorância. Assim, em “Desafio” resume-se, individualmente, nas figuras de Inácio e Romano o que se estende globalmente.

A concepção de cultura como ornamento, beletrismo ou como um bem a ser apropriado para a promoção social é mostrada por meio do episódio narrado e criticada por Graciliano, para quem Inácio da Catingueira, embora analfabeto, foi uma das figuras mais interessantes da literatura brasileira, por viver poética e concretamente a situação do matuto – expressão da experiência de vida do homem sertanejo.

Considerações Finais

Conforme o exposto, discorrer sobre memória implica sempre penetrar num vasto campo de indagações. Para nós, falar sobre memória implica falar de tempo e experiência, pois impressões passadas ao serem atualizadas pelo presente trazem em si a marca da experiência.

A experiência até certo ponto pode ser considerada pessoal, singular, na medida em que estão contidas nas recordações de acontecimentos que estruturam a vida interior de um indivíduo. Mas, “a experiência individual desenvolve-se na convivência com um determinado grupo social e, muitas vezes, necessita resgatá-lo para construir a si própria” (SOUZA, 2001, p. 21). Ou seja, o recurso à memória coletiva é essencial para a reconstrução pessoal de imagens do passado.

É por meio da memória que o cronista reata laços com acontecimentos e pessoas de um espaço tão bem conhecido por ele e (re) constrói geografia, valores, hábitos, costumes e tradições desse lugar. As crônicas analisadas possibilitam entrever o cotidiano do sertão nordestino no início da década de 1920, o sertão da mocidade de Graciliano, tão bem retratado

em *Infância*. Um cotidiano que surge em fragmentos, fruto da recomposição de histórias orais e das experiências do escritor atreladas às experiências de outros viventes, como ele, do espaço sertanejo.

O cronista se faz autor e ator de fatos construídos e dialogados histórica e dialeticamente com outros autores e atores. Valendo-se de reminiscências (e experiências), Graciliano comenta fatos e situações vivenciadas por ele e por outros viventes do sertão nordestino, buscando problematizar e compreender (e nos fazer compreender) um quadro social e político historicamente estático. Por isso, esses textos também estão marcados pelo mesmo tom de denúncia característico do romancista e do memorialista.

Ao relembrar de histórias vividas ou ouvidas desse universo tão íntimo, o cronista tenta recriar as relações humanas que expressam uma sociedade impermeável, calejada pela violência, pelo isolamento, pela miséria. Esta, aliás, é o tema mais constante na narração retrospectiva de Graciliano, mostrada, como de praxe, sem adjetivação.

Referências

- BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- BERGSON, H. **Matéria e memória**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- BORELLI, S. H. S. **Ação, suspense, emoção: literatura e cultura de massa no Brasil**. São Paulo: EDUC: Estação Liberdade, 1996.
- BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- CANDIDO, A. A vida ao rés-do-chão. In: **Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.
- GALVÃO, W. N. **As formas do falso**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- GARBUGLIO, J. C. A tradição do isolamento. In: **Graciliano Ramos**. São Paulo: Ática, 1987.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- LEMOS, T. V. **A infância nas mãos do escritor: um ensaio sobre a formação da subjetividade na psicologia sócio-histórica**. Juiz de Fora: Editora da UFJF/Musa Editora, 2002.
- MALUF, M. **Ruídos da memória**. São Paulo: Siciliano, 1995.
- POULET, G. **O espaço proustiano**. São Paulo: Imago, 1992.
- RAMOS, G. **Infância**. Rio de Janeiro: Record, 1977.
- _____. **Viventes das Alagoas**. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 1994.
- SANTOS, R. M. dos. **Memórias de um plumitivo: impressões cotidianas e história nas**

crônicas de Lycidio Paes. Uberlândia: Aspectus, 2005.

SANTOS, R. dos. **Literatura em fragmentos**: história, política e sociedade nas crônicas de Graciliano Ramos. 2006. 142f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas / Universidade Estadual de Campinas, Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

SEIXAS, J. A. de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: NAXARA, M.; BRESCIANI, S. (Orgs.). **Memória e (res) sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

SOUZA, T. R. de. **A infância do velho Graciliano**: memórias em letras de forma. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

VASCONCELLOS, D. V. Rui Facó e os pobres do campo. **Gramsci e o Brasil**, Juiz de Fora, jan. 2010. Disponível em <http://www.acesa.com/gramsci/?page+visualizar&ide+1183>. Acesso em: 5 maio 2012.